

O PAVILHÃO OCA 2 DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: A ADAPTAÇÃO DO PATRIMÔNIO MODERNO ÀS EXIGÊNCIAS DE ACESSIBILIDADE UNIVERSAL

Ferreira, Oscar Luís^{1*}, Máximo, Marco Aurélio da Silva²

1: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU
Universidade de Brasília - UnB
oscar@unb.br

2: Universidade de Brasília - UnB
marco.aurelio.maximo@gmail.com

PALAVRAS CHAVE: Patrimônio Cultural, Arquitetura Moderna, Brasília, Acessibilidade, Autenticidade.

RESUMO

O pavilhão OCA-2 faz parte do núcleo inicial da Universidade de Brasília – UnB e foi construído em 1962, apenas um ano depois da criação da universidade. O pavilhão, juntamente com outro edifício de execução similar, abrigou professores e estudantes dos primeiros cursos. Suas peças foram pré-fabricadas, de acordo com projeto e supervisão do arquiteto Sérgio Rodrigues. A edificação é parte de um projeto precursor iniciado por Oscar Niemeyer e João Filgueiras Lima, o Lelé, para a construção dos principais edifícios do campus, em especial o emblemático Instituto Central de Ciências – ICC. O edifício apesar de ser uma experiência pioneira, em termos de sistema construtivo, não recebeu nestes mais de 50 anos qualquer manutenção significativa. As mudanças de uso foram grande fonte de danos, geraram carregamento excessivo e acréscimos em estrutura convencional alteraram as características estéticas da edificação e introduziram sérias patologias, como infiltrações. Apresenta problemas estruturais como recalques de fundação, bem como ataque por cupins e insetos xilófagos além de pragas, como ratos. Atualmente é a sede da coordenadoria de proteção do patrimônio, que em 2005 solicitou o abandono do prédio em razão das condições precárias. Aguardando atualmente intervenções de restauro e adaptações para um novo uso -abrigar o Museu do Mobiliário Moderno-, o OCA-2 oferece-nos a oportunidade de discutirmos questões fundamentais da preservação do patrimônio moderno e recente. A adaptação a novos usos exige o atendimento às normas de segurança e de acessibilidade. No entanto como realizar adaptações sem ferir os princípios que norteiam a arquitetura moderna e, portanto, sua autenticidade. Visando contribuir para esta discussão, este artigo apresenta um estudo com o uso da ferramenta metodológica de avaliação aplicada ao edifício, a Matriz de Autenticidade e Acessibilidade, cujo objetivo é coletar e qualificar informações da edificação, proporcionando um arcabouço criterioso para a intervenção.

1. INTRODUÇÃO

Em 15 de dezembro de 1961 foi criada, com a promulgação da Lei n. 3.998 [1], a Fundação Universidade de Brasília – FUB. A universidade (Figura 1) começou a funcionar antes mesmo de sua inauguração em 21 de abril de 1962. Funcionava precariamente nas dependências do Ministério da Saúde, na esplanada

dos ministérios, no entanto, alguns professores, entre eles o arquiteto Alcides da Rocha Miranda (autor do projeto da Faculdade de Educação – FE), decidiram ocupar o campus ainda em construção e se instalaram nas duas únicas construções concluídas naquele ano, 1962: os dois pavilhões em estrutura de madeira pré-fabricada construídos pela fábrica OCA, de propriedade do arquiteto e designer Sérgio Rodrigues. Nelas se alojaram professores e alunos dos três primeiros cursos tronco: 1) Direito, administração e economia; 2) Letras brasileiras e; 3) Arquitetura e urbanismo. Os edifícios ficaram conhecidos como OCA-1 e OCA-2 (Figura 2).



Figura 1: Campus Universitário Darcy Ribeiro – UnB, Brasília/DF, Pavilhão OCA-2 dentro do círculo amarelo. Fonte: Google Earth. Figura 2 – Fachada Oeste (frontal) – OCA-2 Foto: Oscar L. Ferreira.

Dentre as obras deste período estão também os edifícios de Serviços Gerais, construções erguidas com reduzido número de elementos, sendo o SG-10, projetado por Oscar Niemeyer, o mais significativo dentre eles. Em 1962, foram erguidas as fundações do Instituto Central de Ciências – ICC projetado por Niemeyer e detalhado pelo arquiteto João Filgueiras Lima, o Lelé, que se configurou na edificação emblemática do campus universitário. Todas essas obras foram executadas em concreto armado aparente, as experiências de Sérgio Rodrigues, os pavilhões OCA-1 e 2, no entanto, só apresentam paralelo nesse momento histórico da capital do Brasil, com outra obra construída em madeira, o Catetinho, projetado por Niemeyer e construído em 1956 para abrigar temporariamente o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira em suas visitas à capital em construção. Os pavilhões de Rodrigues, ao contrário do Catetinho, foram propostos para durar.

O desenho das edificações, tanto dos pavilhões OCA como da obra de Niemeyer, traz em seu bojo a influência da arquitetura moderna brasileira, como, por exemplo, a presença do pilotis, da planta livre e das linhas simples e leves. Da arquitetura moderna apresentam ainda a experimentação de novos materiais construtivos, por exemplo, nos pavilhões Rodrigues utilizou, ainda em 1962, painéis modulados em madeira (tipo sanduíche) como elemento de vedação das fachadas, fez uso também da mesma seção de peças de madeira para as vigas e os pilares. Esses e outros aspectos que caracterizam o edifício conferem-lhe autenticidade, mas que por sua vez, pelo próprio caráter experimental, podem não apresentar a durabilidade esperada, degradando-se rapidamente e não configurando a pátina esperada, mas sim sinais de patologia a serem sanados. Caso contrário a integridade da obra está em risco. Desta forma, tanto a degradação precoce advinda da experimentação, como as possibilidades da mudança de uso presentes na interpretação da planta livre são características da arquitetura moderna que, durante os processos de intervenção, interpõem-se como desafios à preservação.

Provavelmente, na década de 1970, o pavilhão OCA-1 foi destruído por um incêndio. E, nestes mais de 50 anos de existência, o OCA-2 passou por diversas mudanças de uso, deixando de ser moradia de estudantes

universitários, para abrigar em 1966, uma cooperativa e o Serviço de Segurança e Fiscalização, a partir da década de 1970; o Programa Infante-Juvenil – PIJ (creche), no início da década de 1990 e, a partir do ano 2000 foi ocupado pela Coordenadoria de Proteção ao Patrimônio – CoPP (antigo Serviço de Segurança e Fiscalização), sua função atual. Alterações profundas da configuração interna do pavimento térreo, como o acréscimo de anexos em estrutura de concreto armado e vedações em tijolos cerâmicos convencionais localizados na fachada Leste, mau uso com sobrecarga da estrutura, descaso e desrespeito. Novos usos e nenhuma manutenção significativa em mais de 50 anos levaram a edificação ao risco de colapso de parte de sua estrutura.

Este artigo pretende investigar os impactos das adaptações para acessibilidade exigidas pela mudança de uso sobre os aspectos que caracterizam a autenticidade do patrimônio moderno, tendo em vista que atualmente, o edifício volta a ser vistoriado e cadastrado para uma importante intervenção que, se executada, alterará novamente seu uso. Desta vez o pavilhão abrigará o “Museu do Mobiliário Moderno” produzido no Campus Universitário da UnB, uma função compatível e pública que pretende reintegrar o OCA-2 ao campus, ao convívio de seus usuários e a um possível reforço de sua identidade e preservação. Esta adaptação, por sua vez exigirá o respeito às indicações da Instrução Normativa – IN n. 01 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, de 25 de novembro de 2003 [2]. E também, da norma brasileira da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR-9050:2004 [3], tornada mandatária com a promulgação do Decreto Federal n. 5.296 de 02 de dezembro de 2004 [4]. Regulamentações legais que impõem alterações físicas ao patrimônio que se realizadas sem conhecimento e critério poderão descaracterizá-lo. O item a seguir apresenta brevemente a legislação nacional e seu impacto sobre a adaptação do patrimônio cultural.

2. NECESSIDADES DE ADAPTAÇÃO PARA ATENDER NORMAS ATUAIS DE ACESSIBILIDADE E SEGURANÇA

Apenas recentemente surgiu no Brasil a preocupação de promover a adaptação das edificações e das cidades. No Brasil, a legislação buscou inicialmente a superação de discriminações e preconceitos, passando para os estágios da garantia da prioridade no atendimento, da promoção da acessibilidade, da quebra de barreiras, inclusive na comunicação e no acesso à informação, sendo tudo isso consolidado no Decreto n. 5.296/2004 [4].

Após anos de discussão, o termo Acessibilidade pode ser definido como a condição de acesso e uso de determinado lugar, coisa ou serviço de modo seguro e autônomo pela maior parte das pessoas. No Brasil o Decreto n. 5.296/2004 [4] define Acessibilidade como “condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida” [4].

A norma brasileira NBR-9050:2004 [3], que associada ao Decreto n. 5.296/2004 [4] tem seu cumprimento estabelecido como obrigatório, estabelece os critérios e parâmetros técnicos de Acessibilidade a serem observados nas fases de projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, para proporcionar à maior quantidade possível de pessoas a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, das edificações, do mobiliário, dos equipamentos urbanos e elementos, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção.

Por sua vez o IPHAN, publicou em 2003 a IN-01 [2], que estabelece considerações básicas sobre a adaptação de bens culturais imóveis acautelados em nível federal, tendo por base as Leis n. 10.048/2000 [5] e n. 10.098/2000 [6], além das normas da ABNT. Estas instruções consideram a necessidade do desenvolvimento de estudos fundamentados na avaliação de propostas bem sucedidas de adaptação, normas internacionais, técnicas e novas tecnologias de Acessibilidade, com intuito de elaborar métodos de

avaliação das condições de acessibilidade real dos bens culturais imóveis. O limite das intervenções para Acessibilidade deve ser o possível grau de comprometimento do “valor testemunhal e da integridade estrutural” [2] do bem, e por valor testemunhal é possível subentendermos autenticidade.

Para o cumprimento dos requisitos do Decreto n. 5.296/2004 as ações necessárias não devem ser confundidas com restauração, sendo de fato ações de adaptação, o que significa dar um novo uso ao bem, sem, no entanto, alterar seus valores principais. Deve-se causar o mínimo de danos à consistência material do patrimônio cultural, bem como aos valores que o caracterizam. Intervenções para tornar a edificação e seus espaços “mais acessíveis” podem inserir novos usos ou serviços que devem ser fruto da avaliação de alternativas que priorizem o menor impacto no ambiente construído [4].

Tais intervenções exigem, por exemplo, a instalação de pisos táteis direcionais e de alerta, rampas com inclinação máxima de 12,5%, equipamentos de acessibilidade para circulações verticais, equipamentos de áudio e vídeo, sanitários adaptados, no mínimo uma cabine adaptada para cada sexo com acesso independente em cada pavimento [4], entre outros. Mas também, como indica a IN-01/2003 do IPHAN, toda e qualquer intervenção está limitada caso exista risco de comprometimento da integridade e autenticidade (valor testemunhal) da edificação [2].

A Acessibilidade é parte dos requisitos para intervenções de adaptação do ambiente construído e está associada ao desenho universal, aos requisitos das normas técnicas e a outros instrumentos legais. A Acessibilidade visa garantir a todos o acesso à cidade e ao edifício, para que façam uso dos ambientes públicos e coletivos de forma adequada. As adaptações de edifícios e espaços urbanos visam proporcionar a inclusão social, fato que indica certo direcionamento social em busca da construção de uma nova realidade urbana e de cidades mais democráticas. O Brasil está em processo de ajustes aos requisitos e o pleno atendimento à legislação envolve também a adaptação do patrimônio arquitetônico nacional, seja ele “histórico” ou contemporâneo.

3. AUTENTICIDADE E ARQUITETURA MODERNA BRASILEIRA

O patrimônio cultural é uma construção social fundamentada nos valores que lhes são atribuídos em diversos momentos de sua existência e que configuram seu significado ou significância cultural. Sua conservação está estritamente relacionada à preservação destes mesmos valores, quase que em uma relação tautológica. Porém, como verificar a veracidade em um determinado bem de modo que ele seja corretamente qualificado e, posteriormente, adequadamente preservado? A Carta de Nara (1994) apresentou a autenticidade como o principal elemento para a qualificação dos valores que caracterizam um bem e que podem variar em função de aspectos sociais e culturais, mas que, porém incluem sempre: Forma e desenho; materiais e substância; uso e função; tradição e técnicas; localização e espaço e; espírito e sentimento [7].

Herb Stovel [8] afirma que a partir da adoção da Carta de Nara (1994) houve uma mudança tanto na teoria quanto na prática da preservação do patrimônio mundial. O documento possibilitou a utilização da autenticidade como um instrumento guia para não apenas a seleção do patrimônio cultural que viria a figurar na lista do patrimônio mundial, mas uma importante ferramenta de preservação. No entanto, a caracterização da autenticidade do patrimônio moderno ainda é uma dificuldade, pois, como afirma Jukka Jokilehto [9], o lapso temporal que nos separa das obras deste período ainda não é suficiente para que façamos um julgamento adequado e isento da produção do movimento moderno. Além disso, as realidades locais que caracterizam as arquiteturas de cada região ou país são diferentes e configuram edificações de características distintas, apesar de procurarmos nos cânones da arquitetura moderna propostos por Le Corbusier um padrão de classificação internacional.

Em contrapartida, Theodore Prudon [10] afirma que a preservação do moderno aparentemente nos direciona para uma nova abordagem da prática preservacionista, mas na realidade seu processo de elaboração não difere em muito de toda a construção da teoria existente que fundamenta preservação do patrimônio histórico. As razões da preservação do moderno podem variar, porém a partir da afirmação de Prudon, pode-se inferir a validade dos documentos patrimoniais até hoje publicados como instrumentos balizadores da preservação do patrimônio moderno e contemporâneo.

4. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO

Dentre os documentos citados, recorre-se à Carta de Nara (1994) como referência para a construção da ferramenta de avaliação aplicada ao estudo de caso deste artigo. A adequada identificação dos valores e aspectos vinculados ao patrimônio moderno e que configuram sua autenticidade está diretamente relacionada à sua preservação, tendo-se em vista que a degradação destes podem levar a perda de identidade, de significância, a consequente ausência de manutenção e, como consequência nefasta, a ruína. A ferramenta criada para a caracterização do patrimônio surgiu desta compreensão e da síntese de valores e aspectos realizada por Koenraad Van Balen [11] sintetizados em uma tabela de caracterização da autenticidade, chamada de Tabela de Nara ou *Nara-grid*. A ferramenta aqui utilizada altera o foco da Tabela de Nara, cujo centro da caracterização são os elementos que configuram a autenticidade, para um novo foco, os riscos a autenticidade advindos da adaptação para a acessibilidade. Esta ferramenta foi desenvolvida e apresentada na tese de doutorado “Patrimônio Cultural e Acessibilidade. As intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005” [12].

A síntese da avaliação, nomeada de Matriz de Autenticidade e Acessibilidade, ou Matriz A&A [12], é a fusão da caracterização da significância cultural de um bem patrimonial, apresentada sob a forma proposta por Van Balen [11] aliada a uma extensa avaliação das condições de acessibilidade do patrimônio, bem como, dos riscos referentes a possíveis adaptações. A avaliação da acessibilidade envolve a verificação de ao menos cem itens quanto à conformidade ou não a padrões propostos por normas brasileiras e internacionais, bem como, as indicações do Decreto 5.296/2004 [4] e da IN 01/2003 [2]. Os resultados deste estudo realizados no pavilhão OCA-2 da Universidade de Brasília – UnB são sucintamente apresentados adiante neste artigo seguir sob a forma de texto interpretativo após uma breve caracterização do objeto de estudo.

5. UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DO PAVILHÃO OCA-2

O OCA-2 apresenta-se como uma edificação pavilhonar com 49,00m de comprimento por 18,40m de largura. Sua construção é em estrutura de madeira, peroba rosa (*Aspidosperma polyneuron*) no sistema modular de pilar e viga duplos. A escolha da madeira deve-se, provavelmente a sua abundância, fácil manejo e corte, boa resistência à ação de insetos xilófagos, fungos e mofo, flexibilidade e trabalhabilidade. A espécie também apresenta baixa acidez característica que preserva as inserções metálicas, como parafusos, pinos e/ou placas de fixação. O módulo possui 3,95m x 4,40m entre eixos da estrutura. A seção das peças que compõem pilares e vigas é a mesma: 0,07m x 0,21m. Todas as ligações entre pilares e vigas são parafusadas. Já a ligação entre vigas e barrotes (0,16m x 0,06m) é pregada, assim como a conexão entre tábuas de piso (0,015m x 0,15m x 2,50m) e barrotes e todas as demais conexões.

A edificação conta com duas escadas para acesso ao pavimento superior, sendo a interna (original) e uma externa localizada na fachada Oeste (Figura 3) adicionada na década de 1990 com a instalação do PIJ. Nenhum dos quartos e seu mobiliário foi preservado, bem como, há dúvida quanto ao material que compõe as divisórias do pavimento superior. Após sucessivas mudanças de uso, o pavilhão recebeu um “puxado” (anexo) em alvenaria na fachada Leste, cuja cobertura além de exigir a retirada da varanda

original promoveu, com a instalação de calha em região junto à fachada original, a degradação de diversos pontos do edifício em razão de vazamentos e entupimentos.



Figura 3: Fachada Oeste (Frontal) – Acesso ao pavimento superior. Figura 4 – Fachada Sul – OCA-2
Fotos: Oscar L. Ferreira.

A edificação possui duas fachadas iguais, Norte e Sul (Figura 4), conformadas por empenas de alvenaria convencional. O crescimento de uma árvore de grande porte ao lado da fachada Norte propiciou a formação de recalque diferencial que danificou não apenas a empena, mas dois módulos da estrutura de madeira. Sua retirada conteve o recalque, no entanto, as trincas e fissuras formadas ainda estão presentes. A edificação apresenta hoje fissuras no piso de cimento queimado do térreo, deslocamento de tábuas do pavimento superior, ausências e destacamentos de tábuas do forro. O OCA-2 apresenta ainda sinais de patologias vinculadas ao entupimento de calhas, como o apodrecimento de várias peças de madeira com posterior desabamento de trechos tanto do forro como da cobertura. Todas essas manifestações patológicas exigem intervenção imediata para conservação adequada da edificação.

A autenticidade do OCA-2, segundo a construção e observação dos instrumentos metodológicos apresentados caracteriza-se tanto por sua consistência material, mais especificamente, aos elementos que compõem sua estrutura e piso do pavimento superior e à concepção do projeto original de Rodrigues que, apesar de alterada mantém características como a horizontalidade, a simplicidade, a planta livre no térreo e a compartimentação espacial do pavimento superior. A fachada Oeste (frontal) ainda apresenta poucas alterações e a estrutura apresenta pátina, envelhecimento natural da madeira com pequena alteração da coloração das peças sem sinais de patologias. No entanto, o valor social em todos os seus aspectos e o aspecto “Espírito e Sentimento” naquilo que se refere aos valores artísticos, histórico e social apresentam-se alterados com perda de significado. A importância do edifício para a comunidade é questionada e sua importância histórica pouco lembrada. Outros valores da edificação podem ser observados a partir da teoria dos valores proposta de Alöis Riegl [13], como os valores de antiguidade e de uso. Esta caracterização complementa a autenticidade identificada e confirmam a perda de outros valores como indicado na pesquisa sobre autenticidade levada a cabo para o estudo da edificação.

6. APLICAÇÃO DA MATRIZ DE AUTENTICIDADE E ACESSIBILIDADE AO PAVILHÃO OCA-2

A ferramenta metodológica de avaliação aplicada ao edifício, a Matriz A&A [12], foi utilizada para a coleta e a qualificação de informações da edificação, para proporcionar o estabelecimento de um arcabouço criterioso para as possíveis intervenções, para avaliar os prováveis impactos das adaptações

para a acessibilidade sobre a autenticidade. Tal ferramenta, fruto da fusão da Tabela de Nara (*Nara-Grid*) [11] e da Lista de verificação de acessibilidade, e está ambientada no software “Excel” (Microsoft) [12].

O primeiro passo foi realizar a análise dos valores da edificação, por meio de revisão bibliográfica e visita *in loco*. O segundo passo foi avaliar as características da edificação quanto à acessibilidade, com o uso da lista de verificação de atendimento aos requisitos da norma NBR 9050:2004 [3]. Tomando as não conformidades encontradas como ponto de partida da Matriz A&A, aquelas subsidiam o estudo para futuras intervenções e procuraram-se respostas de como as intervenções para resolver as não conformidades poderiam interferir, alterando ou danificando as dimensões e os aspectos.

Quanto aos requisitos normativos de acessibilidade, as principais não conformidades identificadas foram: superfícies irregulares, desníveis e falta de rebaixos nos pisos externos (calçadas), os pisos internos do pavimento térreo apresentam graves trincas de movimentação estrutural e estão desgastados pelo uso não apresentando desempenho satisfatório. O pavimento superior possui piso de madeira encerado em bom estado de conservação. O acesso ao pavimento superior é feito por duas escadas, uma interna (original) e uma externa acrescentada em razão das diversas mudanças de uso da edificação que demandaram acesso independente para o nível superior.

Nenhuma das escadas apresenta desempenho satisfatório, além de apresentarem degraus sem espelho o que configura risco para uma parcela de usuários. O edifício apesar de ser propriedade do governo federal não possui uso público, o que desobriga a aplicação das normas de acessibilidade. Contudo, o pavimento superior somente é acessado pelas escadas, não há elevador, plataforma ou rampa que faculte o acesso de pessoas com deficiência. Nas áreas públicas do uso atual não há sinalização horizontal e vertical tanto na área externa como interna, não há sinalização tátil tanto de alerta como direcional. Não há mapas e planos táteis, os balcões de recepção não são rebaixados e adaptados para pessoas em cadeira de rodas. Não foi identificado na visita a presença de elementos de sistema de alarme sonoro e luminoso em caso de incêndio e outros sinistros, todas as portas são estreitas e as maçanetas são inadequadas. Não há banheiros adaptados no local.

No caso de mudança de uso e da instalação no pavilhão OCA-2 de um museu público deve-se considerar a necessidade de treinamento específico dos funcionários para o atendimento de pessoas com deficiência, tal como o ensino da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, além da necessidade de instalação de recursos materiais para visitas tais como *headsets* e maquetes táteis. A acessibilidade deverá ser garantida também a qualquer funcionário com deficiência que trabalhe no local. Caso o nível superior apresente uso público o acesso a todos deverá ser garantido por meio da instalação de um elevador ou plataforma ou mesmo uma rampa externa. A preservação do piso de madeira do pavimento superior deverá ser considerada em virtude do risco de desgaste por abrasão.

A cobertura da edificação está apoiada nas linhas de pilares externos e nas divisórias existentes, não há linha de pilares centrais no pavimento superior como no térreo. As constantes mudanças de uso do OCA-2 com profundas alterações da organização espacial geraram a retirada de divisórias para a criação de salões, em especial, nas extremidades do edifício retirando assim o apoio para a cobertura o que quase levou parte da edificação ao colapso. Pilaretes internos tanto em madeira como metal foram instalados para sustentar a cobertura, porém descaracterizam a leitura do espaço original alterando a autenticidade do bem. Os corredores existentes são também estreitos (0,85m) e inadequados para a circulação de pessoas em cadeiras de rodas. Seu alargamento exigirá a movimentação ou mesmo retirada das divisórias internas e, por consequência, a reestruturação da cobertura do pavilhão, com a inserção de uma treliça em madeira ou metal no desvão que vença o vão de 8,80m. O uso da madeira é o mais indicado tendo em vista a preservação da técnica construtiva e da materialidade do edifício.

7. CONCLUSÃO

A aplicação da ferramenta Matriz de Autenticidade e Acessibilidade [12] no pavilhão OCA-2 apresentou um desempenho satisfatório. Evidenciaram-se as dimensões e os valores da edificação, e também as barreiras e as diretrizes para as possíveis soluções. Eliminar ou minimizar as barreiras arquitetônicas para que a edificação seja “mais acessível”, sem prejudicar a autenticidade e integridade é o que se busca com esse tipo de estudo. Sendo utilizada em avaliação pós-ocupação, a ferramenta auxilia na avaliação de soluções adotadas e norteia o projeto de novas adaptações, servindo também para a definição de uma política de conservação baseada na prevenção.

A aplicação da ferramenta tem foco no atendimento dos requisitos de acessibilidade, mas pode também ser adaptada para a verificação de critérios técnicos, tais como iluminação. Mantendo-se a autenticidade como ponto de partida, a mesma norteará todas as possíveis adaptações desejadas. Este estudo apresenta uma possibilidade de um caminho a ser considerado na busca de soluções necessárias para o atendimento da acessibilidade, preservando a autenticidade.

A preservação da autenticidade da arquitetura moderna é um desafio, tanto com relação à proximidade de sua produção no tempo histórico que não nos permite uma avaliação mais precisa de sua caracterização e valores. Bem como as mudanças de uso e função possibilitadas pela própria concepção arquitetônica, e o pavilhão OCA-2 é um exemplo disso, além da precariedade de certas experimentações com materiais e técnicas que introduzem patologias que se transformam em desafios para a conservação e impedem a manutenção da pátina, além do próprio entendimento de que a arquitetura moderna está vinculada ao novo, a uma nova maneira de conceber e viver o espaço e a sociedade. A pátina aqui não tem lugar. A identificação da autenticidade é, portanto, uma atividade mais fugaz e sua caracterização exige a observação de elementos que vão além da simples consistência material. No entanto, percebemos com a aplicação da Matriz A&A [12] que sua caracterização, a partir dos conceitos e documentos patrimoniais não específicos para essa arquitetura permite-nos um conhecimento mais profundo da edificação e sua adequada preservação a partir da construção de um arcabouço completo de informações sobre o bem.

8. BIBLIOGRAFIA

[1] Brasil. Lei nº. 3.998, de 15 de dezembro de 1961.

[2] IPHAN. Instrução Normativa n. 01 de 25 de novembro de 2003. Dispõe sobre a acessibilidade aos bens culturais acautelados em nível federal, e outras categorias, conforme especifica. [http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=355\(10/10/2013\)](http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=355(10/10/2013)).

[3] Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. NBR-9050, de 31 de maio de 2004. Norma técnica que estabelece os requisitos de acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos [http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf\(10/09/2013\)](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_imagens-filefield-description%5D_24.pdf(10/09/2013))

[4] Brasil. Decreto n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm\(10/09/2013\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm(10/09/2013)).

[5] Brasil. Lei n. 10.048, de 08 de novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110048.htm\(10/09/2013\)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110048.htm(10/09/2013)).

- [6] Brasil. Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm(10/09/2013).
- [7] ICOMOS (1994). Conferência sobre autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial. Conferência de Nara, novembro de 1994, in Cury, I. (Org.) *Cartas Patrimoniais*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- [8] Stovel, H. (2008) Origins and Influence of the Nara Document on Authenticity. *APT Bulletin*, 39(2/3):09-17. <http://www.jstor.org/stable/25433946>(23/11/2009).
- [9] Jokiletho, J. Continuity and Change in Recent Heritage. In Oers, R.V., Haraguchi, S., editors. *World Heritage papers – 5. Identification and documentation of modern heritage*. Paris: UNESCO/ WHC, 2003.
- [10] Prudon, T. H. M. *Preservation of the Modern Architecture*. FAIA John Wiley & Sons, Inc, Hoboken, NJ; 2007.
- [11] Van Balen, K. (2008) The Nara Grid: An evolution Scheme based on the Nara Document on Authenticity. *Association for Preservation Technology International – APT Bulletin*, 39(2/3), 39-45.
- [12] Ferreira, O. L. Patrimônio Cultural e Acessibilidade. As intervenções do Programa Monumenta, de 2000 a 2005. (Tese). Brasília, Programa de Pesquisa e Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo PPG-FAU/UnB, 2011.
- [13] Riegl, A. *O Culto Moderno dos Monumentos: Sua essência e sua gênese*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2006.